

**A AGRICULTURA FAMILIAR EM UM MUNICÍPIO DO ALTO
JEQUITINHONHA, MINAS GERAIS**

*THE FAMILY AGRICULTURE IN A CITY IN THE ALTO VALE DO
JEQUITINHONHA, MINAS GERAIS*

Érika Júnia Paulino¹
João Victor Leite Dias
Nadja Maria Gomes Murta
Harriman Aley Moraes
Herton Helder Rocha Pires

¹**Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri**
Programa de Pós-graduação em Saúde, Sociedade e Ambiente
Rua da Glória, 187 - Centro – Diamantina – Minas Gerais – CEP 39.100-000
erikajupaulino@gmail.com, joaovldias@ufvjm.edu.br, nadjamurta@gmail.com,
harriman.morais@ufvjm.edu.br, herton.pires@ufvjm.edu.br

RESUMO

Neste estudo caracterizou-se o perfil de produtores agrícolas familiares em um município localizado no Alto Vale do Jequitinhonha, Minas Gerais. Realizaram-se visitas às áreas rurais do município, sendo aplicado um questionário estruturado em cada área de produção de alimentos encontrada. A amostra foi constituída por 61 produtores rurais, que de modo geral, apresentaram boas estruturas domiciliares, contudo com condições insatisfatórias quanto ao saneamento ambiental. Na área rural, a criação de galinhas era frequente (90,16%), enquanto que 75,41% dos entrevistados relataram possuir horta, e 80,32% afirmaram que usam apenas fertilizantes orgânicos. Apesar da presença de plantações e/ou criações, a maioria dos produtores não costuma comercializar seus produtos. Os agricultores familiares do município seguem um modelo de produção convencionalmente classificado como tradicional, com grande parte da produção voltada somente ao consumo familiar, com pouco ou nenhum emprego de tecnologia. É um modelo de agricultura, praticamente independente de insumos externos, intimamente relacionado aos fatores ambientais, como clima e tipo de solo.

Palavras chaves: Agricultura familiar, produção de alimentos, Vale do Jequitinhonha.

ABSTRACT

This research aimed to characterize the family farmers's profile in a county in Alto Vale do Jequitinhonha, Minas Gerais. Some rural communities were visited to identify properties with some food production, in which a structured questionnaire was applied to a responsible for them. Sixty-one 61 farmers were interviewed and the most of them living at their own home with good conditions, however in unsatisfactory environmental conditions. In the rural area, the raise chickens was the most frequent (90.16%), while 75.41% of producers reported having home vegetable garden, and the 80.32% use only organic fertilizer. The most respondents (91.80%) have never received any technical guidance on growing plants. Despite the presence of plantations and/or livestock, most producers do not usually market their products. We conclude that the production system was characterized by low or no use of technology, following a production model conventionally classified as traditional, with much of the production focused only family

consumption. It is a virtually independent of external inputs, closely related to environmental factors such as climate and soil type.

Keywords: family farming, food production, Vale do Jequitinhonha.

INTRODUÇÃO

O termo agricultura familiar envolve diversos aspectos que, ao longo dos anos, geraram debates sobre quais tipos de agricultores se encaixariam nessa definição, devendo, portanto, ser feita uma análise específica em cada espaço, situação e tempo, devido à diversidade de estratégias que o agricultor encontra para permanecer no campo (GAZOLLA, 2004; FINATTO; SALAMONI, 2008).

Segundo Buainain; Romeiro; Guanziroli (2003) o desempenho da agricultura familiar reflete um conjunto amplo de condicionantes, desde a disponibilidade de recursos, a inserção socioeconômica, a localização geográfica, as oportunidades e a conjuntura econômica, as instituições e valores culturais da família, do grupo social e até mesmo do país.

No Brasil, a caracterização de quais agricultores poderiam ser classificados como familiares, passou a ser determinada através da lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, que envolve critérios como o tamanho de propriedades, a administração e mão-de-obra utilizada na mesma, assim como a caracterização da renda familiar (BRASIL, 2006).

Em relação à produção de alimentos, a agricultura familiar responde por parte considerável do abastecimento interno, compondo a dieta alimentar básica da população e oferecendo uma grande contrapartida à produção nacional (FRANÇA; GROSSI; MARQUES, 2009). Dados do censo agropecuário do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2009) revelaram que apesar de utilizar somente 17% de sua área total para a lavoura, a agricultura familiar é responsável por importante parcela dos alimentos destinados ao mercado interno, com grande participação em algumas culturas, sendo responsável por 87% da produção nacional de mandioca, 70% da produção de feijão e 46% do milho.

Em relação à produção agroalimentar do Alto Jequitinhonha, de acordo com Calixto et al. (2009), “a mesma pode ser classificada como tradicional, ou seja, praticamente independente de insumos externos, pautada pela oferta local de recursos e profundamente relacionada aos aspectos geográficos”. Ainda nessa região, os programas de transferências de renda, em forma de bolsas família e a intensificação das ações do Programa Nacional de Agricultura Familiar (Pronaf) vêm atingindo grande parte dessas famílias rurais (RIBEIRO et al., 2007), contribuindo com a manutenção das pessoas no meio rural e, conseqüentemente, com a agricultura familiar.

Nesse contexto, o objetivo desse estudo foi caracterizar o perfil de produtores agrícolas familiares em um município do Alto Vale do Jequitinhonha em Minas Gerais.

METODOLOGIA

Este é um estudo descritivo realizado no município de Couto de Magalhães de Minas (18° 4' 15" S, 43° 28' 15" W), Minas Gerais, localizado no Alto Jequitinhonha a 362 km da capital Belo Horizonte e possui área territorial de 485 km². Sua população estimada em 2010 é de 4204 habitantes, sendo que aproximadamente 8,8% residem em zona rural (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2010).

Foram visitados os produtores rurais do município classificados como agricultores familiares (propriedades abaixo dos quatro módulos fiscais¹) com áreas entre três e 60 ha.

Estes dados foram fornecidos pela Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente do município e pelo escritório regional da Empresa Mineira de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER/MG.

Nas áreas de produção existentes foram aplicados questionários estruturados a um membro responsável pela mesma, com o objetivo de conhecer as instalações domiciliares, formas de produção de alimentos, assim como os alimentos produzidos.

O projeto foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da UFVJM, sendo aprovado conforme protocolo número 105/11. As questões éticas deste estudo foram norteadas pelo disposto na resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2010), o município de Couto de Magalhães de Minas conta com 107 propriedades rurais, destas 81 foram visitadas pela pesquisadora, por serem consideradas produtivas pela EMATER (comunicação pessoal), sendo que em 20 destas não foi encontrado nenhum responsável no momento da visita ou este não aceitou participar da pesquisa e responder ao questionário. Sendo assim, a pesquisa foi realizada em 61 propriedades distribuídas em 12 comunidades.

A idade média dos produtores rurais entrevistados foi de 54,46 anos. Dados semelhantes foram encontrados por Costa; Dörr; Rey (2010) para produtores rurais de Santa Rosa no Rio Grande do Sul, que apresentaram uma média de idade de 53,6 anos. Para estes autores (COSTA; DÖRR; REY, 2010), “a faixa etária elevada observada entre os produtores rurais é considerada normal para a agricultura familiar brasileira, o que revela que as populações rurais vêm envelhecendo, principalmente pelo fato dos jovens deixarem o campo em busca de melhores condições de vida”.

Em relação ao número de moradores por residência, o estudo apontou para uma média de 2,70, e que 16,40% dos entrevistados residem sozinhos nessas propriedades, enquanto suas famílias passam a semana em outras residências na área urbana da cidade. Este pequeno número de moradores por residência também pode ser explicado pela busca de trabalho, principalmente pelos mais jovens, em outros locais.

Por outro lado, quando analisamos o tempo de moradia na propriedade, é percebido, além de um contingente de pessoas que sempre viveram nestes locais, um fluxo contrário de algumas pessoas que busca ou retorna à vida em áreas rurais. Quanto ao tempo de moradia na propriedade rural, 44,26% dos entrevistados responderam que sempre residiram naqueles locais, 31,15% residem há um período entre 10 a 30 anos, 18,03% responderam que residem há menos de 10 anos, enquanto 6,56% relataram um período superior a 30 anos.

No que diz respeito à posse dos imóveis, 95,08% dos entrevistados declaram-se como proprietários destes, enquanto 4,92% relataram outra forma de vínculo com os mesmos, como em dois casos, em que o espaço era cedido pela família, ou outra situação em que o produtor trabalhava como caseiro do local. Esse valor de posse verificado fica bem acima dos dados do censo agropecuário de 2006, onde apenas 74,7% dos agricultores

¹ De acordo com a já citada lei nº 11.326, as propriedades dos agricultores familiares não devem exceder a 4 módulos fiscais. No município 1 módulo fiscal equivale a 40 hectares.

familiares acessavam as terras na condição de proprietário (FRANÇA; GROSSI; MARQUES, 2009).

Não foram coletados dados que pudessem explicar a origem de propriedade dos estabelecimentos, no entanto, como grande parte dos entrevistados relatou que sempre residiu no local, uma explicação possível seria a de que estes adquiriram essas propriedades por meio de heranças.

Quanto ao destino da produção agroalimentar, 44,26% dos entrevistados relataram que toda sua produção destina-se somente ao consumo da família; 19,67% vendem diretamente na feira livre municipal; 16,40% comercializam seus produtos indiretamente, seja repassando os mesmos a outros produtores ou associações, como no caso daqueles produtos destinados à alimentação escolar; 14,75% realizam a venda direta de seus excedentes no comércio local da cidade ou na propriedade; e somente 4,92% comercializam seus produtos em outra cidade.

Como constatado, uma parte considerável dos produtores rurais do município de estudo produz somente o necessário para ser consumido pela própria família. Tal situação pode ser motivada tanto pelo fato destes estarem inseridos em áreas com poucas oportunidades de fontes de renda, levando-os a produzirem aquilo que a família necessita e teria dificuldade em adquirir de outra forma, ou por estarem inseridos em um local com pouca ou nenhuma variedade de alimentos ofertados.

Grisa; Schneider (2008), ao estudarem a agricultura familiar de quatro regiões do Rio Grande do Sul, também verificaram que a produção para o autoconsumo é uma prática do modo de vida das famílias rurais contemporâneas. Para estes autores, produzir para o autoconsumo é uma forma de economizar, lembrando que, autoconsumo para estes autores, pode ser definido como a parcela da produção agroalimentar voltada ao consumo da família.

Gazzola (2004) acredita que “as famílias ao destinarem parte de sua produção para o autoconsumo, estão saindo de uma situação de vulnerabilidade e insegurança alimentar”. De acordo com Menasche; Marques; Zanetti (2008), apesar da área destinada à produção de alimentos voltada ao autoconsumo ser relativamente pequena, ela fornece alimentos em variedade e quantidade para a manutenção do produtor rural.

Além do autoconsumo, os resultados aqui apresentados mostram a importância dos alimentos produzidos no meio rural para o abastecimento do comércio local, dando ao consumidor do centro urbano da cidade de Couto de Magalhães de Minas a oportunidade de escolher alimentos de melhor qualidade, a preços mais acessíveis, além do que, produzidos no próprio município. Outros beneficiados são os alunos matriculados nas escolas públicas do município, uma vez que esses produtos também são destinados à alimentação escolar.

Por outro lado, o fato de alguns produtores comercializarem o excedente da produção não utilizada no consumo familiar, torna-se então uma fonte de renda para a família e demonstra a importância da produção de alimentos para a manutenção destes no meio rural.

Quanto a estrutura domiciliar a grande maioria das casas apresentou mais de sete cômodos, com paredes de alvenaria e piso de cimento ou cerâmica. Quanto à estrutura sanitária, alguns domicílios não apresentavam água encanada, banheiro, e destino adequado para os dejetos e lixos (Tabela 1).

TABELA 1 - CARACTERÍSTICAS DOS DOMICÍLIOS DOS PRODUTORES RURAIS ENTREVISTADOS NO MUNICÍPIO DE COUTO DE MAGALHÃES DE MINAS, MINAS GERAIS

Características	Frequência (%)	Características	Frequência (%)
Número de cômodos		Origem da água	
1 a 3	4,92	poços ou nascentes	72,10
4 a 6	40,98	rede de distribuição	24,59
7 a 10	50,82	outros (cisternas, poços artesianos)	3,28
mais de 10	3,28		
Estrutura das paredes		Água encanada	
alvenaria	9,08	presença	98,36
madeira aproveitada	1,64	canalização dentro da casa	85,00
outros	3,28	canalização fora da casa	15,00
Tipo de piso		Destino dos dejetos	
cimento	45,90	fossa rudimentar	88,52
cerâmica	37,70	fossa séptica	13,28
terra	6,56	rede coletora	11,64
outros	9,84	outras formas	6,56
Presença de banheiro		Destino do lixo	
sim	91,80	queima	68,85
não	8,20	jogado em terreno baldio	19,67
		enterrado	9,84
		outro destino	1,64

Alvarenga; Rodrigues (2004), estudando assentados rurais do estado de Mato Grosso do Sul, associaram as boas condições habitacionais encontradas à liberação de recursos financeiros, por parte dos órgãos governamentais, para a construção de moradia e melhoria na infraestrutura. Contudo, para Schneider et al. (2006), “melhores condições de renda não explicam totalmente a qualidade de vida apresentada por algumas famílias, que seriam explicadas também por outros fatores”.

No presente estudo, os produtores rurais não foram questionados quanto ao recebimento de benefícios por parte do governo, no entanto pôde-se verificar que, em relação ao tipo de construção, as moradias apresentam boas condições, o que pode ser reflexo do baixo custo de vida nessas comunidades, em que seus moradores possuem poucas despesas além da aquisição de gêneros alimentícios, complementada pelos próprios em suas plantações e produções.

Apesar de não haver nenhuma estação de tratamento de água nessas localidades, 24,59% dos pesquisados responderam que a água utilizada em suas casas origina-se de uma rede de distribuição municipal, entretanto esta também não receberia nenhum tipo de

tratamento. No que se refere à presença de banheiro, em todos os domicílios onde este é encontrado, o mesmo destina-se ao uso exclusivo dos moradores do domicílio (família).

Embora águas provenientes de nascentes d'água sejam muitas vezes consideradas 'puras' e estejam inseridas em locais com pouca densidade demográfica (e, portanto, com menor probabilidade de contaminação) como as áreas rurais investigadas, ainda assim, o conhecimento do consumo sem tratamento revela uma situação preocupante em relação à saúde pública, principalmente em relação ao grande número de doenças que podem ser adquiridas por veiculação hídrica, levando-se em consideração que as mesmas poderiam sofrer contaminações de restos de animais que circulam nessas áreas, além de dejetos humanos, que não possuem destinos adequados nessas localidades. Uma alternativa para minimizar possíveis contaminações, e danos à saúde, seria o incentivo para a correta utilização/tratamento dessas águas pela família, como filtração ou fervura no âmbito doméstico entre aquelas famílias que não praticam esses procedimentos.

O destino dado aos dejetos sanitários demonstram que as condições sanitárias das comunidades rurais ainda apresentam deficiências que podem facilitar a contaminação de solos, água e plantações, com dejetos humanos, podendo levar ao aparecimento de algumas patologias na população. Pelo censo demográfico de 2010, o destino não adequado dos dejetos é observado em nível nacional nas áreas rurais, uma vez que, apenas 17,00% das casas localizadas em áreas rurais, estão ligadas à rede geral de esgoto ou possuem fossa séptica (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2011), sendo assim, o município de Couto de Magalhães de Minas se apresenta em condições desfavoráveis quando comparado ao perfil nacional.

Os resultados encontrados quanto ao manejo do lixo produzido nos domicílios, também mostram-se insatisfatórios em comparação com o que foi observado em todo universo rural brasileiro, visto que o censo de 2010, apontou que nas áreas rurais, 26,9% dos domicílios contam com coleta de lixo. Assim, o estudo demonstra mais um dado preocupante em relação à preservação ambiental e vulnerabilidade da população à contaminação de doenças.

Quanto ao tipo de iluminação empregada nos domicílios, foi observado que a energia elétrica está presente em 98,36% dos mesmos, e em somente 1,64% destes, era utilizado outro tipo de energia (querosene). Estes valores encontram-se próximos ao relatado para Cruzeiro dos Martírios, comunidade de Catalão em Goiás, onde se observou 94% de iluminação elétrica (MARTINS SILVA; MENDES, 2009) e também para assentamentos rurais do Mato Grosso do Sul, onde a energia elétrica está presente em 100% das casas (ALVARENGA; RODRIGUES, 2004). Uma explicação para a presença de energia elétrica na maioria dos domicílios investigados se deve ao fato das comunidades rurais do município analisado terem sido beneficiadas pelo programa Luz Para Todos, do Governo Federal, lançado em 2003.

A disponibilidade de energia elétrica em quase todos os domicílios possibilita aos entrevistados possuírem geladeira (88,52%). Este item doméstico é um fator contribuinte à segurança alimentar dessas famílias, por permitir o controle biológico dos alimentos e, conseqüentemente, uma maior conservação dos mesmos, o que possibilitaria aos produtores uma maior diversificação de produtos tanto para o consumo familiar, quanto para os destinados às vendas, permitindo um incremento na renda familiar.

Quanto à existência de fogão, foi observado estar presente em quase todos os domicílios, sendo que a presença do fogão à lenha foi relatada em quase todas as residências, sendo utilizado sozinho em 29,51% das residências e em conjunto com o fogão a gás em 65,57% destas, ao passo que em 3,28% dos casos não foram relatadas as presenças de fogões e em 1,64% utiliza-se somente o fogão a gás.

Nota-se a presença do fogão à lenha, em boa parte dos domicílios, sendo utilizado sozinho ou em conjunto com o fogão à gás. Esta informação demonstra que embora a vida moderna ofereça algumas facilidades, algumas tradições costumam ser mantidas, como é o caso da presença do fogão à lenha, bem característico da região de estudo. Outra explicação, além da tradição, para a presença do mesmo, deve-se ao fato da facilidade destes moradores encontrarem a lenha (combustível destes equipamentos), com pouco ou nenhum gasto, ao passo que, o gás possui um valor considerado alto para grande parte das famílias, além da dificuldade que residentes nessas áreas rurais possuem para aquisição deste, por depender de entregas feitas pelo comércio da sede municipal.

Para composição dos dados da produção agroalimentar do município, investigou-se a respeito da existência de hortas, que foi observada em 75,41% dos peridomicílios, totalizando 25 variedades de hortaliças, além de feijão, milho, mandioca e cana-de-açúcar (Tabela 2).

TABELA 2 - VARIEDADES DE VEGETAIS PRODUZIDOS PELOS ENTREVISTADOS

Variedades	Frequência (%)	Variedades	Frequência (%)
Alface	68,85	Abóbora	9,84
Couve	68,85	Abobrinha	9,84
Cebolinha	54,10	Chuchu	9,84
Cenoura	47,54	Rúcula	8,20
Tomate	43,43	Espinafre	6,56
Beterraba	37,70	Inhame	6,56
Mostarda	31,15	Rabanete	6,56
Repolho	29,51	Vagem	6,56
Alho	27,87	Cana-de-açúcar	4,92
Feijão	22,95	Couve-flor	4,92
Mandioca	16,40	Maxixe	4,92
Milho	16,40	Chicória	3,28
Almeirão	11,47	Pepino	3,28
Jiló	11,47	Ervilha	1,64
Quiabo	11,47		

O fato de quase metade de toda produção agroalimentar (44,26%) ser destinada somente ao consumo familiar, permite concluir que, embora muitas vezes possam ser consideradas como de pequenas dimensões, a presença de hortas torna-se um fator contribuinte à segurança alimentar da família, uma vez que possibilita o incremento de alimentos nutritivos, que talvez fossem difíceis de serem adquiridos de outra forma. Outro fator positivo é que geralmente são poucos os gastos da família na manutenção das mesmas, que muitas vezes, requerem como cuidado diário, somente sua irrigação.

Uma justificativa para o grande número de hortas entre agricultores familiares, seria o fato de ser uma cultura que necessita de uma extensão de terra muito pequena, em relação a outras produções agrícolas, para que seja economicamente viável, além de exigir pouco conhecimento técnico e um baixo nível de investimento para se iniciar na atividade (FAULIN; AZEVEDO, 2003).

A manutenção das hortas garante benefícios não só para os produtores rurais, mas também para os consumidores que podem adquirir os produtos na própria propriedade, além da feira livre e outros estabelecimentos comerciais do município, garantindo a estes conhecer a origem dos alimentos, assim como o local onde foram produzidos e quem os

produziu. A variedade de hortaliças cultivadas pelos produtores rurais, segundo Cordeiro; Tredezini; Carvalho (2008) é uma estratégia utilizada pela maioria na tentativa de reduzir seus riscos de demanda e preço.

Como observado na tabela 2, a alface, a couve, a cebolinha e o tomate foram as hortaliças com maior presença nas hortas da região de estudo, sendo que provavelmente, são os produtos com melhor aceitação na dieta alimentar desta região. Fragata de Oliveira (2009) relaciona os costumes regionais com as preferências dos agricultores, ao constatar que os agricultores familiares de uma região amazônica, plantavam principalmente cebolinha, coentro e couve, que são as verduras mais consumidas naquela área.

Contini; Lima-Filho; Dresch (2012), estudando agricultores rurais do estado de Mato Grosso do Sul, observaram que estes diferem os alimentos com destino ao autoconsumo (alface) e os que seriam comercializados (cheiro-verde). No presente estudo, o destino dado a cada item cultivado nas hortas não foi investigado, porém devem corresponder às necessidades do mercado consumidor no município.

A presença de árvores frutíferas foi observada em 86,89% dos peridomicílios investigados, totalizando 19 variedades. Resultado semelhante foi observado por Grisa; Schneider (2008), estudando agricultores familiares de quatro regiões do Rio Grande do Sul, onde detectaram a presença de frutíferas em 89,9% dos estabelecimentos pesquisados.

As frutas mais citadas pelos entrevistados como presentes no peridomicílio foram laranja e goiaba, ambas cultivadas em 81,97% das propriedades, seguidas da banana (72,13%) e manga (37,70%). Outras frutas citadas durante a pesquisa foram: acerola, limão, maracujá, pitanga, carambola, caju, caqui, ameixa, abacaxi, melancia, maçã, marmelo, abacate, jabuticaba e mamão, todas com frequências inferiores a 20%.

Chama a atenção o fato das frutas mais mencionadas pelos produtores, serem aquelas cujas árvores se encontram presentes nos quintais da região, crescendo quase sempre sem terem sido plantadas pelas famílias, mas que encontram nestes solos, condições propícias ao seu desenvolvimento, não requerendo então muitos cuidados. A ausência de outras árvores frutíferas justifica-se pelo fato de que segundo Matos; Marin (2009), o manejo dessas, demanda muita mão-de-obra, em praticamente todas as etapas de seu processo produtivo.

Sendo assim, como observado no caso das hortaliças, incentivar o plantio diversificado e planejado de frutíferas, permitiria aos produtores alcançarem uma parcela maior no mercado local. Uma das principais vantagens a estes produtores seria o fato dos distritos rurais do município de Couto de Magalhães de Minas encontrarem-se bem próximos da sede administrativa, facilitando o processo de transporte e comercialização. Uma das possíveis estratégias para o fortalecimento do mercado local de frutas, segundo Tofanelli et al. (2007) seria o estímulo à exploração de frutíferas mediante a implantação de pomares nas imediações de uma determinada região em que a fruticultura seja incipiente, o que poderia contribuir para diminuir os preços ao consumidor e facilitar o processo de transporte e comercialização, fatores que costumam encarecer as frutas vindas de regiões distantes.

A visita a estas propriedades, durante o processo de entrevistas, permitiu visualizar que a jabuticabeira é facilmente encontrada em toda área, estando presente em um número considerável das propriedades, mas sua presença foi relatada por somente 8,20% dos entrevistados, o que demonstraria a não valorização de algumas culturas por parte dessas pessoas, ou a não citação dessa fruta, tenha ocorrido devido justamente ao fato, da mesma encontrar-se amplamente distribuída nesses locais. Ao contrário, no estudo de Contini; Lima-Filho; Dresch (2012), a presença de jabuticaba foi relatada por

41% dos agricultores familiares estudados, mesmo sendo a mesma destinada apenas para o consumo familiar em 44% dos casos em que se encontrava presente.

Com relação ao manejo das culturas, apenas 19,68% dos entrevistados relataram fazer uso de adubos químicos, chamados por eles de NPK (iniciais para nitrogênio, fósforo e potássio), enquanto 80,32% relataram usar somente adubos orgânicos (esterco de animais). Embora essa forma de produção, com pouca utilização de produtos químicos, provavelmente sempre tivesse sido adotada nessas localidades, nos últimos anos vem ganhando destaque seja na preferência dos consumidores, ou pela repercussão alcançada na mídia.

De acordo com Stein; Soares (2010), “muitos agricultores cientes dos impactos causados pelo uso de agrotóxicos, mostram-se interessados em adotar um sistema de produção menos intensivo, caracterizado pelo cultivo de plantas por meio de técnicas ecológicas ou mais sustentáveis”. Tais agricultores iniciam essa transição dando preferência aos adubos orgânicos, como esterco de galinha ou de gado, ou mesmo um composto feito de restos de alimentos e plantas, caracterizando assim, um sistema de produção menos agressivo aos ecossistemas e às pessoas responsáveis pelo seu manejo.

Apesar de 40,98% dos entrevistados terem relatado a presença de doenças ou pragas em suas culturas, nenhum deles revelou o uso de agrotóxicos como pesticidas ou praguicidas para o controle das mesmas.

O modelo de produção encontrado é, portanto, contrário ao incentivado na chamada “Revolução Verde” que dentre outros aspectos, incentivava o uso intensivo de insumos industriais como agrotóxicos e fertilizantes, a utilização de sementes geneticamente melhoradas e a mecanização da produção. O sistema adotado no município mostra-se vantajoso do ponto de vista da segurança alimentar e conseqüentemente para a saúde pública, principalmente pelo crescente interesse da população em adquirir esse tipo de alimento, livre de agrotóxicos.

Verificou-se ainda, que somente 8,20% dos entrevistados relataram já terem recebido algum tipo de treinamento ou orientação a respeito das formas adequadas de plantio. De acordo com Souza Filho et al. (2004) se a informação encontra-se disponível, os produtores farão uma escolha que reduza tempo e trabalho físico, e, simultaneamente, aumente produtividade e eficiência. Contudo, mesmo que haja suficiente informação disponível, a decisão de adoção é mediada pela disponibilidade de capital, terra, crédito, ou outros recursos econômicos.

Para estes autores (SOUZA FILHO et al., 2004), “dado o perfil social de um grande número de agricultores familiares, em particular o baixo nível de escolaridade, a utilização de material técnico convencional é pouco eficaz”. Frente ao fato dos serviços de extensão oficial terem passado por um processo de desmonte nas últimas décadas, a questão da difusão de informações e capacitação para utilizá-la apresenta-se como um desafio para o desenvolvimento da agricultura familiar.

De acordo com dados apresentados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (2010), a carência de orientação técnica, associada à baixa escolaridade presente no meio rural, dentre outros efeitos, implica em danos ambientais e à saúde, decorrentes do uso inadequado de insumos agrícolas, como adubação e agrotóxicos.

Para Denardi (2001), “uma barreira para que grande número de agricultores familiares possam diversificar sua produção e desenvolver sistemas de produção mais sustentáveis, está relacionada à formação e atuação dos técnicos das ciências agrárias”. Para esse autor, as principais tendências da agricultura e do meio rural apontam para a necessidade de profissionais com novo perfil, atuação e habilidades mais amplas, que dentre outras ações devem respeitar as experiências dos agricultores, apoiar organizações comunitárias e valorizar a educação para a cidadania.

O não treinamento a respeito das particularidades no manejo de determinadas culturas, pode ter sido o motivo, ou contribuído, para que 14,76% dos produtores rurais entrevistados tenham deixado de produzir algum alimento ao longo dos anos.

Nessas propriedades, 80,32% dos entrevistados relataram que a água utilizada nas irrigações possuía a mesma procedência daquela utilizada no consumo doméstico e, conforme discutido anteriormente, a mesma não seria considerada de boa qualidade, embora o conceito de “qualidade de água” seja complexo. Segundo Merten; Minella (2002), esse termo não se refere, necessariamente, “a um estado de pureza, mas às suas características químicas, físicas e biológicas, e que, conforme essas propriedades são destinadas a diferentes finalidades”. Vale ressaltar então, que o termo “boa qualidade” utilizado neste estudo, refere-se ao tratamento ou não dessas águas.

Ribeiro; Galizoni (2003), ao considerarem a importância de nascentes e pequenos cursos d'água, nas comunidades rurais do Vale do Jequitinhonha, Minas Gerais, verificaram que a água é item básico para a renda, pois animais e produtos da indústria doméstica, da horta e do regadio são bens de comércio levados às feiras ou trocados, que permitem às famílias adquirirem bens e garantir parte do dinheiro que auxilia a sobrevivência numa economia de geralmente pouca circulação monetária. Assim, o acesso a água tratada, portanto, ao que consideramos como de boa qualidade, contribuiria na redução das taxas de morbidades associadas ao meio hídrico.

Em relação à criação de animais, para consumo ou venda, observou-se que esta é realizada por grande parte dos produtores rurais entrevistados, sendo a galinha o animal mais presente nos peridomicílios (90,16%), seguida do gado bovino (55,73%) e do porco (26,23%) (Tabela 3).

TABELA 3- ANIMAIS DE CRIAÇÃO PRESENTES NAS PROPRIEDADES

Animais	Frequência (%)	Nº de animais	Média/Propriedade
Galinha	90,16	2285	37,46
Cachorro	75,40	127	2,08
Gato	57,38	22	0,36
Boi	55,73	748	12,26
Porco	26,23	81	1,33

Além de contribuírem com a dieta das comunidades rurais a criação de pequenos animais é um fator contribuinte para a composição da identidade cultural dessas famílias. É uma tarefa que ao mesmo tempo em que exige cuidados e atenção, gera muitas vezes um vínculo de carinho e respeito entre esses animais e seus criadores, até mesmo para com aqueles que se destinam à alimentação.

Matos; Marin (2009), pesquisando agricultores familiares de Itapuranga no estado de Goiás, constaram a valorização das criações, vistas como parte dos sistemas de produção, com papéis no transporte de cargas e pessoas, na alimentação familiar e na complementação da renda doméstica.

No caso das galinhas, sua importância é justificada, pelo fato de que são aproveitados tanto os ovos, como a carne, sendo estes, destinados tanto para vendas como para o consumo doméstico configurando, assim, uma importante fonte de nutrientes (principalmente proteínas) para alimentação familiar.

A alta frequência de criação de galinhas, também foi verificada em um estudo com agricultores familiares associados à Cooperativa de Agricultura Familiar de Itapuranga no estado de Goiás, feito por Vieira; Lee (2010), que verificaram a criação destes animais em 100% das propriedades estudadas, enquanto os suínos estavam presentes em 27,5% daquelas propriedades. A criação desses animais destinava-se tanto

para o consumo doméstico como para a venda, sendo que a venda de frangos, ocorria em 52,5% dos casos.

Os valores apresentados nesse estudo, em relação à criação de gado, incluem aqueles considerados de corte e de produção leiteira, todos destinados tanto ao comércio, como ao consumo da família. Alguns produtores relataram a venda do leite para outros produtores, que o comercializavam ou realizavam o processamento em outros produtos. Vale ressaltar que dentre os entrevistados, dois relataram possuir açougue próprio, localizado na área urbana do município, onde comercializam a carnes provenientes desses animais. Já as criações de suínos, destinam-se tanto ao consumo doméstico, quanto a comercialização.

No presente estudo, também, investigou-se a respeito da criação de animais, não destinados ao consumo ou comercialização, sendo constatada a presença de cachorros e gatos, respectivamente em 75,40% e 21,31% das propriedades pesquisadas. Estes, apesar de configurarem-se como animais de estimação, e por isso, manterem laços de afetividade com seus donos, revelam preocupação, quando inseridos em estabelecimentos produtores de alimentos, sobretudo, aqueles já processados que não passarão por mais nenhum método de controle microbiológico, uma vez que, estes animais, podem se tornar disseminadores de microrganismos, o que pode ser facilitado pelo fato desses quase sempre circularem livremente por todos os ambientes das residências.

A preocupação quanto à possibilidade dos animais tornarem-se possíveis veiculadores de microrganismos, levou à investigação da presença de estrutura de criação destes. Verificou-se então que, entre os criadores de galinhas, o galinheiro encontra-se presente em 92,73% das propriedades, enquanto o curral é visto em 61,76% daquelas com criação de gado, enquanto que todos os criadores de porcos, relataram possuir chiqueiro. Não foram verificadas as estruturas físicas e sanitárias destes ambientes, ou a proximidade destes com os locais de processamento dos alimentos.

Quanto à produção de alimentos, foi observado que 13,11% dos entrevistados processavam queijo, 11,48% farinha, 9,84% biscoitos, 8,20% rapadura, 4,92% doces, e 6,56% outros produtos (cachaça, requeijão e fubá). Observou-se que metade dos entrevistados relatou utilizar a própria cozinha do domicílio como local de processamentos de alimentos enquanto 50% outros locais, como cômodos anexos às suas casas, associações presentes em suas comunidades ou até mesmo em residências de amigos. Quanto aos utensílios e equipamentos utilizados, 6,56% relataram utilizar tacho de cobre, 4,92% colher de pau, 9,84% forno, 4,92% alambique, 1,64% engenhoca, 4,92% fabrica de farinha e 6,56% queijeira. Quando questionados se deixaram de produzir algum alimento ao longo dos anos, 14,76% dos entrevistados disseram que sim, sendo arroz, mandioca e abacaxi, os produtos mais mencionados.

Estes alimentos processados destinam-se tanto para o consumo familiar, quanto à comercialização. Uma possibilidade para ajudar a promover o desenvolvimento econômico dessas comunidades rurais seria a construção de espaços destinados à fabricação desses produtos, além da capacitação dos produtores. Vale ressaltar que, tanto a produção de frutas, legumes e verduras, como dos alimentos processados, além dos pontos de venda já mencionados, destinam-se também à merenda escolar, seja por meio do Programa de Aquisição de Alimentos ou pela venda direta para a prefeitura local.

Segundo Soares (2005), o Programa de Aquisição de Alimentos tem como objetivo incentivar a agricultura familiar, através de ações que envolvam a aquisição de produtos desta, que serão distribuídos para pessoas em situação de insegurança alimentar ou para formarem estoques estratégicos. Composto o programa do governo Fome Zero, essas ações integram-se a um leque mais amplo de políticas voltadas ao fortalecimento da segurança alimentar e nutricional do país.

Esse novo mercado para a agricultura familiar ganhou força a partir da Lei 11.947, de 16 de junho de 2009, que dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar, e dentre outras questões, determina que dos recursos financeiros repassados pelo governo federal, no mínimo 30% deverão ser obrigatoriamente utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações (BRASIL, 2009). Para Belik; Chaim (2009) a administração da alimentação escolar de forma descentralizada, além de permitir racionalizar a logística e os custos de distribuição dos produtos, viabiliza o oferecimento de uma alimentação condizente com os hábitos de cada localidade, além de permitir a inserção da pequena empresa, do comércio local, do pequeno produtor agrícola e da pecuária local nesse mercado institucional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É notória a contribuição da agricultura familiar na garantia da segurança alimentar e nutricional do local onde se encontra inserida e, por ser responsável por parte do abastecimento alimentar local, colabora para a autonomia e preservação dos hábitos alimentares desta comunidade, além de configurar-se como alternativa para o desenvolvimento econômico local.

Os agricultores familiares do município de Couto de Magalhães de Minas seguem um modelo de produção convencionalmente classificado como tradicional, ou de subsistência, com grande parte da produção voltada somente ao consumo familiar, com pouco ou nenhum emprego de tecnologia. É um modelo de agricultura, praticamente independente de insumos externos, e relacionado aos fatores ambientais, como clima e tipo de solo.

Foi observado que, de modo geral, as propriedades rurais apresentam condições de moradia satisfatórias, no entanto, alguns itens como aqueles relacionados às condições de saneamento, ainda requerem melhorias.

Entre os alimentos mais produzidos, encontram-se as hortaliças, presentes em grande parte dos peridomicílios rurais visitados. No entanto, parte dos agricultores familiares produz somente para o autoconsumo e incentivar essas famílias a também comercializarem seus produtos, levaria a um incremento financeiro em suas rendas, e conseqüentemente, mesmo que em pequenas proporções, toda economia local seria beneficiada.

Os alimentos mais elaborados, como aqueles de produção caseira, apresentaram uma frequência pequena entre os produtores. Assim, uma alternativa para o aumento na produção e oferta desses seria a criação de locais comunitários, destinados exclusivamente a esse modelo de produção e a disponibilização de cursos técnicos, que permitiriam, além do aumento da produção, a garantia da oferta de produtos padronizados e de boa qualidade.

Contudo, para que o aumento da oferta de produtos pela agricultura familiar se torne, viável e compensatória, algumas ações fazem-se necessárias, tal como incentivar que os comerciantes da cidade adquiram produtos gerados por esses produtores, através da criação de leis municipais específicas, ação que traria benefícios para ambas as partes. Ganhariam os produtores, expandindo os locais para escoamento de sua produção, e também os comerciantes, que seriam abastecidos com produtos de boa qualidade e menores preços, por estes serem produzidos no próprio município, gerando menos gastos com transporte.

AGRADECIMENTOS

Prefeitura Municipal de Couto de Magalhães de Minas, Empresa Mineira de Assistência Técnica e Extensão Rural.

REFERÊNCIAS

ALVARENGA, M. R. M.; RODRIGUES, F. P. Indicadores socioeconômicos e demográficos de famílias assentadas no Mato Grosso do Sul. **Revista de Enfermagem da UERJ**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 3, p.286-291, set./dez. 2004.

BELIK, W.; CHAIM, N. A. O programa nacional de alimentação escolar e a gestão municipal: eficiência administrativa, controle social e desenvolvimento local. **Revista de Nutrição**, Campinas, v. 22, n. 5, p. 595-607, 2009.

BRASIL, Lei 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 25 julho de 2006. p. 1.

BRASIL, Lei 11.947, de 16 junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nos 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória no 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei no 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 17 de junho de 2009. p. 2.

BUAINAIN, A. M.; ROMEIRO, A. R.; GUANZIROLI, C. Agricultura familiar e o novo mundo rural. **Sociologias**, Porto Alegre, n. 10, p. 312-347,2003.

CALIXTO, J. S. et al. Trabalho, terra e geração de renda em três décadas de reflorestamentos no alto Jequitinhonha. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 47, n. 2, p. 519-538, 2009.

CONTINI, D. J.; LIMA-FILHO, D O; DRESCH, L. O. Perfil da produção agrícola para autoconsumo em territórios rurais de Mato Grosso do Sul. **Interações**, Campo Grande, v. 13, n. 2, 2012.

CORDEIRO, K. W.; TREDEZINI, C. A. O.; CARVALHO, C. M. Análise da produção de hortaliças sob a ótica da economia dos custos de transação, na cidade de Campo Grande – MS. In: Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 46, 2008, Rio Branco, AC. **Anais...SOBER**,2008. Disponível: < <http://ageconsearch.umn.edu/bitstream/107885/2/824.pdf> >. Acesso em: 20 abril 2013.

COSTA, M. L.; DÖRR, A. C.; REYS, M. A. Gestão rural como agente do desenvolvimento regional. In: Congresso Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 48, 2010, Campo Grande, MS. **Anais... SOBER**, 2010. Disponível em < <http://www.sober.org.br/palestra/15/261.pdf> >. Acesso em: 24 abril 2013.

DENARDI, R. A. Agricultura familiar e políticas públicas: alguns dilemas e desafios para o desenvolvimento rural sustentável. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, v.2, n.3, p. 56-62, 2001.

FAULIN, E. J., AZEVEDO, P. F. Distribuição de Hortaliças na Agricultura Familiar: uma análise das transações. **Informações Econômicas**, São Paulo, v. 33, n. 11, p. 24-27, 2003.

FINATTO, R. A.; SALAMONI, G. Agricultura familiar e agroecologia: perfil da produção de base agroecológica do município de Pelotas/RS. **Sociedade & Natureza (Online)**, Uberlândia, v. 20, n. 2, dez. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S198245132008000200012&lng=pt&nrm=iso> Acesso em: 19 outubro 2011.

FRAGATA DE OLIVEIRA, C. Caracterização da Produção de Hortaliças na Região Periurbana de Parintins - AM. **Revista Brasileira de Agroecologia**, Porto Alegre, v. 4, n. 2, p.2859-2861, nov. 2009.

FRANÇA, C. G., GROSSI, M. E. D.; MARQUES, V. P. M. A. **O censo agropecuário 2006 e a agricultura familiar no Brasil**. 2009. Disponível em: <<http://mineiropt.com.br/arquivos estudo/ arq4b10179787f8b.pdf>>. Acesso em: 18 setembro de 2011.

GAZOLLA, M. **Agricultura familiar, segurança alimentar e políticas públicas**: uma análise a partir da produção para autoconsumo no território do Alto Uruguai/RS. 2004. 306 p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. "Plantar pro gasto": a importância do autoconsumo entre famílias de agricultores do Rio Grande do Sul. **Revista Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 46, n. 2, p. 481-515, 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Resultados Preliminares do Universo do Censo Demográfico 2010**, 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?codmun=312010>>. Acesso em: 20 de setembro de 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário 2006**. Agricultura Familiar. Primeiros resultados. Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação. 2009. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/agri_familiar_2006/familia_censoagro2006.pdf>. Acesso em 20 de outubro de 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2010**: características da população e dos domicílios. Resultados do universo. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/caracteristicas_da_populacao/resultados_do_universo.pdf> Acesso em: 20 de setembro 211.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **PNAD 2008: Primeiras análises – o setor rural.** Brasília, 2010. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/100401_comunicaipea_42_pnad_set_orrural.pdf. > Acesso em: 12 de junho 2013.

MARTINS SILVA, J.; MENDES, E. P. P. Agricultura familiar no Brasil: características e estratégias da comunidade Cruzeiro dos Martírios – município de Catalão (GO). In: Encontro Nacional DE Geografia Agrária, 2009, São Paulo/SP. **Anais...** São Paulo: Enga, 2009. p. 1 - 28.

MATOS, G. R.; MARIN, J. O. B. Agricultores familiares e sistemas de produção de frutas em Itapuranga, Goiás. **Pesquisa Agropecuária Tropical**, Goiânia, v. 39, n. 3, p.197-206, 2009.

MENASCHE, R.; MARQUES, F. C.; ZANETTI, C. Autoconsumo e segurança alimentar: a agricultura familiar a partir dos saberes e práticas da alimentação. **Revista de Nutrição**, Campinas, p.145-158, jul./ago., 2008.

MERTEN, G. H.; MINELLA, J. P. Qualidade da água em bacias hidrográficas rurais: um desafio atual para a sobrevivência futura. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, v. 3, n. 4, p.33-38, 2002.

RIBEIRO, E. M. (Org.). **Feiras do Jequitinhonha:** mercados, cultura e trabalho de famílias rurais do semi-árido de Minas Gerais. Fortaleza: Etene/BNB, 2007.

RIBEIRO, E. M.; GALIZONI, F. M. Água, população rural e políticas de gestão: o caso do vale do Jequitinhonha, Minas Gerais. **Ambiente & Sociedade**, Campinas, v. 5, n. 2, p. 129-146,2003.

SCHNEIDER, S. et al. A pluriatividade e as condições de vida dos agricultores Familiares do Rio Grande do Sul. In: SCHNEIDER, S. (Org.). **A diversidade da agricultura familiar.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006. p.137-164.

SOARES, E. Compra Antecipada Especial: uma política pública fortalecendo a agricultura familiar e promovendo a segurança alimentar e o desenvolvimento local. **Revista Agriculturas: experiências em agroecologia**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 10-13, 2005.

SOUZA FILHO, H. M.; et al. Agricultura familiar e tecnologia no Brasil: características, desafios e obstáculos. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 42, 2004, Cuiabá (MT). **Anais...Cuiabá (MT): SOBER/UFRJ/UFMT/ Embrapa Florestas e Gado de Leite**, 2004. Cd-rom

STEIN, M.; SOARES, N. A. Benefícios ecológicos provenientes do cultivo de produtos orgânicos. **Revista Liberato**, Novo Hamburgo, v. 11, n. 15, p.81-88, 2010.

TOFANELLI, M. B. D. et al. Mercado de frutas frescas no município de Mineiros-GO. **Revista Brasileira de Fruticultura**, Jaboticabal, v. 29, n. 2, p.282-286,2007.

VIEIRA, F. R.; LEE, F. A importância dos quintais para o autoconsumo dos agricultores familiares associados à COOPERAFI – Cooperativa de Agricultura Familiar de Itapuranga-GO. In: Congresso Latinoamericano de Sociologia Rural, Porto de Galinhas, VII, 2010. **Anais...** Disponível em < <http://www.alasru.org/wp-content/uploads/2011/09/GT28-Fernanda-Rodrigues-Vieira.pdf>>. Acesso em 4 maio 2013.